

Infância: Signos, Imagens, Representações em Pernambuco no início do século XX

Vera Lúcia Braga de Moura*

Resumo: Existe um consenso de que cada sociedade constrói sua própria noção de infância. Dessa forma a idéia de criança e infância antes de ser visto a partir de um conceito biológico é antes uma construção cultural. De caráter simbólico onde há uma articulação entre um lugar social e um período histórico específico. No início do século XX em Pernambuco a criança teve um papel muito importante na imprensa. Os anúncios em jornais apresentam as crianças como signos de cura em propagandas de medicamentos tendo as crianças como protótipos dos novos pressupostos medicamentosos. Prontuários médicos do Hospital Psiquiátrico Ulisses Pernambucano também constroem uma noção de que a criança passa a representar um lugar que lhes garante a saída do aparente anonimato. Portanto, a construção da noção de infância em Pernambuco será refletida nesse estudo.

Palavras - Chave: infância –Pernambuco - representações.

Abstract: There is a consensus that each society constructs its own notion of infancy. In this way before considering the concept of childhood and infancy as a biological concept it must be seen as a social construction. In a symbolic manner where there is development within a specific social and historical location. In the beginning of the twentieth century in Pernambuco children had an important role in the press. The advertisements in newspapers present children as signs of healing in ads for medications having the children as prototypes of the presupposed effects of the medications. Medical files from the Ulysses Pernambucano Psychiatric Hospital also convey a notion that the child begins to represent a place that guarantees it will rise above anonymity. Therefore the building of the notion of infancy in Pernambuco will be reflected in this study.

Key Words: infancy- Pernambuco- representations.

Existe um consenso de que cada sociedade constrói sua própria noção de infância. Dessa forma, a idéia de criança e infância antes de ser visto a partir de um conceito biológico é antes uma construção cultural. De caráter simbólico articulado a um lugar social e período histórico específico como assinala G. Levy y J.C. Schmitt, citado por Del Castillo Trancoso (2006:16a): “Em nenhum lugar nem período histórico caberia definir a juventude mediante critérios biológicos ou com regras e critérios jurídico. Em toda parte e em todo tempo só existe revestida de valores e símbolos”.¹

* Doutoranda em História-UFPE, professora universitária, Técnica da SEDUCE/PE. Texto apresentado para discussão na disciplina Seminário de Tese, ministrada pelo Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro, semestre letivo de 2006.2, abril de 2007.

¹ “em ningún lugar ni periodo histórico cabría definir a juventude mediante criterios biológicos o com arreglo a criterios jurídicos. En todas partes y en todo tiempo solo existe revestida de valores y símbolos”. Citada em Alberto Del Castillo Trancoso, *Conceptos, Imagens Y Representacionales de La Ninez em la Ciudad de Mexico-1880-1920*, p.16.

Seguindo a mesma proposição de G. Levy y J.C. Scmitt (1997) segundo Del Castilho Trancoso (2006b) a criança é uma “invenção” cultural, uma construção do mundo das crianças, onde as instituições, práticas e símbolos levam a criança a se tornarem uma criança. Então, como assinala o referido autor, a criança é o que a sociedade, a escola, os parques infantis, a legislação infantil e as famílias constituem como sendo o mundo das crianças.

Compreendendo que a noção de infância e seu ser constitutivo criança são conceitos gestados historicamente, importa para este estudo analisar de que forma práticas culturais foram desenvolvendo conceitos de infância e criança no início do século XX em Pernambuco.

Este texto, portanto, pretende buscar veiculações de práticas desse período que se manifestaram favoráveis a construção do arcabouço teórico do conceito de infância e o significado de representação da criança. A forma que a medicina social e higiênica, a imprensa e órgãos governamentais vão elaborar um conceito para infância no início do século XX, será um dos percursos trilhados nesse estudo.

Dessa forma, no início do século XX em Pernambuco, a criança teve um papel de representação muito importante na imprensa. Os Anúncios em Jornais apresentam as crianças como signos de cura em propagandas de medicamentos, tendo as crianças como protótipos dos novos pressupostos medicamentosos. Prontuários médicos do Hospital Psiquiátrico Ulisses Pernambucano também constroem uma noção de que a criança passa a representar um lugar que lhes garante a saída do aparente anonimato.

Algumas obras literárias que abordavam noções de criança transitavam por várias áreas do conhecimento, assinalando que a questão nesse momento era como essa criança deveria “ocupar” este lugar, pois o mesmo estava representado por vários signos. A violência ocupa também um espaço de lugar para essa criança. Portanto, alguns aspectos da construção da noção de infância em Pernambuco serão refletidos nesse texto.

A Construção de um olhar em torno da Criança

De acordo com a clássica obra de Philippe Ariès, (1981) denominada História Social da Criança e da Família, não existia na Idade Média um conceito que definia a natureza infantil. Ele ressalta também que não se tratava de ausência de sentimento pelas crianças, mas a criança não era vista como um ser que tinha uma particularidade própria. Esse pensador sofreu críticas de outros estudiosos sobre aspectos como utilizar seus parâmetros de fontes e argumentos para representar o universo infantil de forma generalizada.

Contudo, Ariès trouxe com seu estudo uma grande contribuição para a história da infância, na medida em que estabelece motivações e novos interesses para esse campo do conhecimento. No Brasil, percorrendo os tempos iniciais do século XX, as crianças vão através de novos ideários, tendo os seus mundos construídos.

Percebe-se que, mesmo a criança no século XX, tendo ganhando o status de ter um lugar definido e leis infantis reivindicando sua proteção, o conceito de infância estava atrelado como no século XIX², a alguns pressupostos tais como: a disciplina e o amor ao trabalho.

A criança passa a ser representada de formas variadas, mostrando a sua visibilidade em um mundo infantil construído pelos pressupostos do mundo dos adultos. É indiscutível o espaço que a criança vai adquirindo através de sua representação. O interessante é que através dessas representações, imaginários são construídos e um conceito de criança vai sendo definindo.

A idéia do trabalho como eixo norteador da infância, enquanto categoria social menos favorecida permanece século XX adentro, um exemplo da atitude do Estado diante deste pressuposto é a criação da Escola Correccional para menores em Recife, no ano de 1917, onde eram recolhidas crianças entre nove e doze anos de idade para terem educação primária e desenvolverem trabalhos de oficina, sapataria, encadernação, sendo referidos como pequenos operários. O Estado, em âmbito federal e estadual, ao iniciar o século XX, veste-se de Protetor da Infância e passa representar o papel de Tutor como assinala o texto seguinte:

Fazendo afastar da ociosidade criminosa das ruas, dos lugares suspeitos e perniciosos e casa de tavolagem, pequenas criaturas sem educação e disciplina doméstica, alguns de Pais ignorados, o governo teve o intuito de amparar-lhes as condições de existência, colocando-os sob a proteção do Estado que se converteu em Tutor e educador dessa infância lançada à estrada do crime e bem digna de melhor sorte.³

O Estado, no papel de protetor das crianças com a Educação Correccional, passa a exercer um controle sob os meninos. Era uma escola dirigida para o sexo masculino, através

² “O Jornal a Província anunciava, em 3 de janeiro de 1878, ‘o aluguel de um moleque para servir de copeiro em casa de família’. Diversas formas de trabalho eram exercidas pelos menores pobres que viviam em Pernambuco. Exerciam funções de caixeiro, serviços domésticos, cuidavam de animais, confeccionava cigarro, etc.” p.122. MOURA Vera Lúcia Braga de. **Pequenos Aprendizes: Assistência à infância abandonada em Pernambuco no século XIX**. Recife, 2003.168p. Dissertação (Mestrado em História).Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

³ Esta informação foi extraída do Relatório da Casa de Detenção do Estado de Pernambuco. 1de janeiro a 31 de dezembro de 1918. Recife, Oficinas gráficas da Imprensa Oficial, 1919. Esta Casa de Correção obedecia ao sistema de educação militar, educação primária e profissional que se limitava ao ensino em oficinas de sapataria, encadernação entre outras. Essa escola objetivava o controle sobre as crianças que perambulavam pelas ruas de Recife sem o Estado oferecer-lhes destino, tornando-se neste momento esta instituição uma opção do Estado no papel de Protetor da Infância.

da disciplina e do trabalho. Pode-se perceber o formato da Instrução Educacional que o Estado desenvolvia com as crianças desprotegidas que eram recolhidas nessa instituição.

Esses pequenos trabalhadores viviam em situação precária, dormindo em um amontoado de redes, de forma insalubre, o aposento não tinha janelas, apenas uma porta para um possível corredor. Essa aglomeração de crianças em um só dormitório favorecia a disseminação de doenças, devido a pouca circulação de ar.

Dessa forma, um conceito para infância pobre, nesse período, é caracterizado pelo lugar que a criança passa a ocupar, com definições de que esta criança existe e está no seu lugar, esperando proteção da família e na ausência desta, do Estado protetor e tutor. O Estado, portanto, busca se fomentar com um aparato legislativo, através do desenvolvimento de uma diversidade de leis de amparo à criança e instituições, com o intuito de proteger e salvaguardar a infância do “mau caminho” que pairava pelas ruas das cidades brasileiras. Nesse percurso, instituições são criadas como forma de assistência à infância como assinala o texto seguinte.

Infância: violência, delinquência e assistência

O Instituto de Proteção e Assistência à Infância foi criado em 1 de dezembro de 1900, na Rua da Soledade, em Recife. A manutenção financeira provinha de subvenções do Governo Federal e Estadual. O comércio e particulares também contribuía para a manutenção da instituição. (PERES, 1932:17-31). Idéias e conceitos acerca dos termos criança mostram que cada sociedade tem seu formato específico de infância.

A Escola Correccional do Estado de Pernambuco, de 1917, aponta que seu grande êxito era formar operários. Crianças entre nove e doze anos de idade eram recolhidas nessa instituição e descritas pelos olhares de adultos, com base nas políticas públicas de assistência a infância, como assinala o texto abaixo:

*Fazendo afastar da ociosidade criminosa das ruas, dos lugares suspeitos e casas de favelagens, pequenas **criaturas sem educação** e disciplina doméstica alguns até filhos de pais ignorados o Governo teve o intuito de ampara-lhes as condições de existência colocando-os sob a **proteção do Estado que se converteu em Tutor e Educador** dessa infância lançada a estrada do crime e bem digna de melhor sorte. [...] **A educação dos menores vagabundos** e autores de pequenos delitos mereceu também a atenção do digno administrador da cadeia. (Relatório da Casa de Detenção do Estado de Pernambuco-1918: 6-10 grifos nosso).*

Termos como descritos no texto acima: “criaturas sem educação e disciplina doméstica, infância lançada à estrada do crime, educação dos menores vagabundos”, representa os conceitos que esta categoria social pensava dessa infância, isto é, uma infância sem destino, sem pais, onde o Estado se coloca como Tutor e Protetor. Infância sem nome em meio a tantos nomes que lhes desqualifica. Esta infância, como pontua o texto, precisa dos cuidados do “digno administrador da cadeia”, é, o representante do Estado, portanto, seu Protetor. Dessa forma, essa criança, necessitava de cuidados do Estado, e estar sob a sua guarda, significava obedecer rigorosamente aos seus ditames, como os postulados na Escola Correccional, o sistema de educação militar, trabalhando sob o olhar disciplinar, com base nos princípios da ordem, moral e bom costume.

Apesar dos critérios postulados de assistência e proteção a infância pelo poder público, as imagens de crianças em situação de (des) proteção permeavam a tessitura do tecido social nessa intrincada rede de relações sob como proteger, produzir e reproduzir a infância.

No final do século XIX, as crianças desvalidas de Pernambuco tinham contato sistemático com o termo “não há vagas”⁴ nas instituições que lhes prestavam assistência. Assim como, o termo “destino conveniente”⁵ era bastante utilizado pelos dirigentes dos órgãos públicos que não tinham como dar destino às crianças abandonadas, devido à superlotação das Instituições Assistenciais.

⁴ “As Instituições [...] tinham um limite para absorção de menores. De forma que, através dos ofícios enviados pelos Chefes de Polícia, Juizes de órfãos, Presidente da Província, e Diretores das referidas instituições, verificamos a impossibilidade de admissão de todos menores desvalidos da Província de Pernambuco. Muitas vezes, [...] os meninos eram enviados em forma de rodízio pelas diversas instituições e geralmente não havia vagas. Ver: MOURA, Vera Lúcia Braga de **Pequenos Aprendizizes**: Assistência à infância desvalida em Pernambuco no Século XIX. (Dissertação de Mestrado em História- UFPE), p.104.Op.cit.

⁵ “E os Chefes de polícia, Juizes de Órfãos, Diretores não tinham mais como dar *destino* conveniente [as crianças]. Muitos [meninos] foram entregues a particular para trabalhar em oficinas, mas os maus-tratos desiludiam esses menores, provocando fugas, tornando-se muitas vezes, inviável a permanência destes com os mestres de ofícios. “E possível sugerir que a rua continuava um atrativo para menores sem proteção.” MOURA Vera Lúcia Braga de. **Pequenos Aprendizizes**: Assistência á infância desvalida em Pernambuco no Século XIX. Idem.

Nesse sentido, a violência tem muitos formatos, também tem sua historicidade e precisa ser desnaturalizada, para uma melhor compressão. As crianças que, como assinala o texto acima, tiveram seu direito de recolhimento negado por órgãos públicos assistenciais, permanecendo muitas vezes nas ruas de cidades, como Recife, isso se constitui em uma violência. Portanto, essa prática violenta não é uma via de mão única, ela é múltipla e bastante complexa. O trabalho em idade prematura também é outra forma de violência contra a criança, isto é, exploração do trabalho infantil, que em termos objetivos, o discurso contra esta prática permanece apenas na legislação infantil. Mas, na maioria dos casos, a violência está direcionada apenas para ser vista por um ângulo.

Signos: Infância e medicina social

Os serviços de higiene e saúde pública, criados pela lei nº 1201 de 12 de julho de 1913, e discriminado no Regulamento Sanitário do Estado de Pernambuco. Esses serviços objetivavam a profilaxia defensiva e agressiva a população em meio às moléstias e ameaça a saúde pública, não tinham, portanto, um caráter de assistência individual, mas coletiva. O referido documento assinala a necessidade da criação de novos serviços de utilidade pública local, como o de inspeção sanitária dos alimentos e da proteção sanitária a primeira infância. (Diretoria de Higiene e Saúde Pública, 12-01-1920, fl.1-7, Arquivo Público Estadual de Pernambuco).

Até o final do século XIX, em Pernambuco, semelhante ao que acontecia em outros Estados do Brasil, os médicos clínicos gerais acumulavam as funções de pediatras, cirurgiões e obstetras. O surgimento do Hospital Infantil, em 1929, a Pediatria projetou-se em Pernambuco. Neste período foram surgindo médicos que passaram a cuidar das crianças de modo particular. Aliado aos cuidados que profissionais de saúde passaram a se preocupar com as crianças inclui em seus receituários, a dieta infantil. (CARNEIRO, 2000:212a)

As amas-de-leite também tiveram atenção especial dos médicos pediatras, pois essas mulheres passaram a ser examinada por estes profissionais, como forma de prevenção de doenças nos bebês. A amamentação se constitui em um importante elemento para a saúde da criança e passa ser vista de forma especial pelos médicos pediatras. (CARNEIRO, 2000:212-213b).

Esses documentos apontam os anos iniciais do século XX, como uma época bastante profícua para a execução de políticas públicas em prol da infância, principalmente no que se refere à saúde e higiene pública. Uma nova forma de pensar a infância vai sendo construída com bases em pressupostos científicos a medicina, em especial os cuidados com a higiene e alimentação, são eixos bastante valorizadas nas fases iniciais da infância.

As crianças e as terminologias das doenças passaram, nesta fase, a ser representada nos anúncios de jornais de maneiras variadas. Uma delas era mostrar eficácia de cura de alguns medicamentos utilizadas na época.

As representações das crianças nos Anúncios de Jornais imprimem signos mostrando outro lugar que essas crianças ocupam. A clínica médica, em defesa da criança, vincula a imagem da criança a um novo paradigma que vem se construindo desde meados do século XIX e toma impulso no início do século XX. Portanto, esses anúncios pretendem mostrar que há medicamentos e medicina cuidando das crianças.

Vale ressaltar o cuidado com o corpo da criança e sua mente, pois passa a receber um novo olhar neste período. Como assinala Le Goff, (2006:167) “O corpo tem uma história. O corpo é a nossa história”. Assim, podemos ressaltar a importância de Ulisses Pernambucano⁶, em defesa do corpo e mente das crianças em Pernambuco. O interesse de Ulisses Pernambucano pela criança excepcional inicia-se cedo. Forma-se em 1912, e em 1913, começa a clinicar em uma cidade do interior pernambucano, Vitória de Santo Antão. Em 1918, Ulisses Pernambucano concorre, em Recife, a um cargo para professor da Escola Normal, o qual defendeu a tese sob o tema: “Classificação das Crianças Anormais”. Ele apontava para a necessidade da educação para crianças com deficiências mentais. Tão logo assume a direção da Escola Normal, põe em prática a criação de uma escola para crianças excepcionais. (MEDEIROS: 1992:8-9)

Nessa direção, prontuários médicos de crianças com referências a doenças mentais no Hospital Ulisses Pernambucano, no bairro da Tamarineira, denotam um espaço para as crianças identificadas com doenças mentais.

⁶ Ulisses Pernambucano de Mello Freyre Sobrinho nasceu em Recife em 6 de fevereiro de 1892. Seguiu carreira médica e sofreu forte influência do Dr. Juliano Moreira, o fundador da Psiquiatria Brasileira. Dessa forma Ulisses Pernambucano desenvolveu um grande trabalho na Assistência a Psicopata de Pernambuco. Sofreu fortes perseguições políticas pelo trabalho que desenvolvia com a parcela tida como “anormais da sociedade” e muitas vezes foi taxado de ter atitudes subversivas. MEDEIROS, José Adailson de. **Ulisses Pernambucano**: Coleção Homens e mulheres do Nordeste. São Paulo: Paulinas, 1992, p.7.

Percebe-se através dos Prontuários Médicos, que a criança passava por um sistema de observação, onde cada uma tinha um prontuário que era registrado os antecedentes de sua doença e fragmentos de suas vivências cotidianas. Este procedimento objetivava diagnosticar as possíveis anomalias que estas crianças eram portadoras. Em muitos Prontuários pesquisados foi identificado o termo portador de “imbecilidade” como diagnóstico recorrente.

Nos referidos Prontuários havia um local para registro dos “Antecedentes”. Significava pontuar os antecedentes familiares, principalmente de seus pais, quando estes eram identificados. Nessas observações verifica-se a situação de alcoolismo dos pais, se portadores de cefaléias (dores de cabeças), inquietações e também relacionadas aos preceitos morais. Observavam-se questões como a “falta de pudor, obscenidades”, como critérios para diagnosticar as possíveis doenças nas crianças. A terminologia “estigmas degenerativos” também foi encontrada nos Prontuários Médicos, do Hospital Ulisses Pernambucano, como critérios médicos para relacionar as doenças mentais dessas crianças.

A grande maioria desses Prontuários tinha entrada pela Polícia e também muita criança tinha como observação o diagnóstico da doença, mas apresentava a situação de falecida.

Analisando o Prontuário que pertenceu a Maria das Dores, menor de oito anos de idade, procedente de Vitória de Santo Antão, Pernambuco, observa-se a descrição que consta no mesmo: de cor parda, enviada pela Polícia, identificada como indigente, e teve seu diagnóstico classificado como Epilepsia e imbecilidade, também registrava o seu falecimento às 10 horas do dia dezoito de outubro de 1934. Assim, o corpo, a mente e porque não dizer a alma dessas crianças vão sendo representados através de conceitos para a infância, com gestos, tensões, imagens, signos e significados que nem sempre convergiam para um mesmo olhar.

Referenciais Bibliográficas:

- CARVALHO, M. Vicentinos Campos. **Programa de Educação Alimentar para o Curso Primário**. São Paulo: Marambaia, 1968.
- CARNEIRO, Glauco. **Um Compromisso Com a Esperança: História da Sociedade Brasileira de pediatria (1910-2000)**. Rio de Janeiro: Expressando a Cultura, 2000.
- CORRESPONDÊNCIA DA DIRETORIA DE SAÚDE E HIGIENE PÚBLICA -12 de janeiro de 1920- Arquivo Público do Estado de Pernambuco.
- DEL CASTILHO TRONCOSO, Alberto. **Conceptos, Imagens Y representações De La Ninez Em La Ciudad De Mexico-1880-1920**. México: El Colégio de México/Centro de Estudios Históricos: Instituto de Investigaciones, 2006.
- JORNAL DO RECIFE -14-16 de 09 de 1900-Arquivo Público do Estado de Pernambuco.

- LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma História do Corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MESQUITA, Maria Elza de. et.all. **Pernambuco**: Coleção didática do Brasil-Série Van - Der-Ley. São Paulo: Ed. Do Brasil, 1956.
- MEDEIROS, Adailson de. **Ulisses Pernambucano**: Coleção Homens e Mulheres do Nordeste-Série Os Cientistas. São Paulo: Paulinas, 1992.
- MOURA Vera Lúcia Braga de. **Pequenos Aprendizes**: Assistência à Infância desvalida em Pernambuco no Século XIX. Recife, 2003.168p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.
- PRONTUÁRIO MÉDICO DO HOSPITAL ULISSES PERNAMBUCANO -08-03-1929,11-03-1929, 07-06-1930, 11-08-1933– Arquivo do Hospital Ulisses Pernambucano.
- RELATÓRIO DA CASA DE DETENÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO -01 de janeiro de 1918 - Arquivo do Estado de Pernambuco.
- RIZZINI, Irene. **A Criança e a Lei no Brasil**: revisitando a História (1822-2000). Brasília: UNICEF, 2002.
- SANTOS, Theobaldo Miranda. **Pernambuco**: A Vida na Cidade e na Roça no Estado de Pernambuco. Rio de Janeiro: Agir, 1956.